

OS IMPACTOS VERIFICADOS NO ATIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS BANCOS, APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DA BASILÉIA.

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo avaliar os efeitos do Acordo da Basiléia no ativo e patrimônio líquido de bancos situados no Brasil. O estudo, usando uma abordagem empírico-analítica, teve como base de dados os balanços do Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Unibanco, Safra, Santander, Suisse, Boston e Citibank. Da população objeto da pesquisa, foram coletadas 140 observações, das quais 60 referem-se ao período anterior ao Acordo e 80 ao período seguinte – representado no Brasil pela vigência da Resolução 2099/94, do CMN. As técnicas de Distribuição de Frequências, Medidas Resumo e a Prova *U* de *Mann-Whitney* foram utilizadas para a análise dos dados. Considerou-se o nível de significância de 5%. O presente estudo concluiu que 35,3% dos ativos têm ponderação zero, apontando para um elevado volume de recursos aplicados em itens de alta liquidez; índice médio da Basiléia de 13%, superior ao limite de 11%; no setor público, migração dos ativos com risco alto para os ativos com risco zero, baixo e médio, concentrando-se no uso dos recursos em moeda estrangeira e aplicações em títulos do governo; no setor privado, migração dos ativos com risco médio para os ativos com risco baixo; níveis de PL compatíveis com os riscos das operações. Nos dois setores, verificou-se reduzida expansão na oferta do crédito.

Palavras-chave: Acordo da Basiléia, Impactos Patrimoniais, Bancos.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

O sistema financeiro brasileiro enfrentou desde o início do Plano Real profundas transformações decorrentes das mudanças de cenário verificadas no final da década de 90 e no início do novo século, que aumentaram a desconfiança dos investidores internacionais na solidez do sistema bancário dos países em desenvolvimento.

No *cenário externo*, os primeiros desafios foram os reflexos da crise do México em dezembro de 1994, na qual os micros, pequenos e médios produtores daquele país foram prejudicados pelas mudanças nas políticas de empréstimos e financiamento dos bancos comerciais, cujos créditos foram direcionados em sua maioria para grandes produtores e corporações.

Em 1997, as economias asiáticas passaram por fortes crises econômico-financeiras, tendo inicialmente afetado a Tailândia, em janeiro, e propagando-se para a Indonésia, Malásia e Filipinas. Em meados daquele ano, o problema atingiu *Hong Kong* e, em outubro, se estendeu à Coreia do Sul e Japão.

A desconfiança dos investidores culminou com a moratória russa, em agosto de 1998, ocasionando maciças saídas de capitais nos mercados emergentes, principalmente os da América Latina.

O direcionamento da economia internacional a partir de março de 2001 foi afetado pela recessão nos Estados Unidos, que impactou negativamente o nível de atividades dos outros países. Este fenômeno forçou o *Federal Reserve* a reduzir a meta para os juros básicos (*fed funds*) em 475 p.p., passando de 6,5% a.a. em dezembro de 2000 para 1,75% doze meses depois.

No mesmo ano, a economia da Argentina iniciou o aprofundamento do seu quadro recessivo, implicando em medidas de ajuste sem sucesso e em conflitos políticos e sociais. Naquele cenário conturbado, os indicadores do sistema financeiro argentino registraram alta volatilidade, alcançando taxas de juros, em novembro, de 132,5% ao ano e risco soberano no patamar de 4000 p.p., retratando o país como o de maior risco entre os países analisados pelo Banco JP Morgan.

No *ambiente interno* – com a seqüência de planos visando enfrentar as crises econômicas – o grande desafio enfrentado pelos órgãos supervisores foi a reestruturação das instituições financeiras com o objetivo de adequá-las ao novo panorama regulatório, à estabilização macroeconômica e à maior concorrência no mercado financeiro. Paralelamente à redução dos índices de inflação após o Plano Real, ocorreu um crescimento da procura por crédito bancário, favorecido pelo aumento da liquidez na economia. Tais fatores, aliados à necessidade de compensar as perdas das receitas inflacionárias, implicaram em ajustes nos bancos para se adequarem ao cenário de estabilidade de preços e concorrência com o mercado internacional.

A expansão do crédito, por outro lado, implicou em elevados índices de inadimplência e em substanciais provisões para cobrir os riscos correspondentes, contribuindo para a insolvência e a liquidação de pequenas e grandes instituições bancárias. Segundo o BACEN, entre junho de 1994 a dezembro de 1995, 28 bancos entraram em regime especial, incluindo neste total o Banco Econômico e o Banco Nacional.

Diante do cenário de crises externas e internas sucessivas, as autoridades monetárias brasileiras tomaram decisões objetivando superá-las, evitando consequências danosas sobre a solidez das instituições financeiras e, por conseguinte, a desconfiança do público, o que poderia causar prejuízos imprevisíveis para a sociedade. Desta forma, foram implementadas medidas preventivas pelo Banco Central do Brasil, onde se estruturou uma base adequada para uma supervisão do sistema bancário, objetivando torná-lo sólido e confiável para os agentes econômicos.

Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

1. A criação do Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER);
2. A criação do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), instrumento privado de seguro de depósitos, cobrindo até R\$ 20.000,00 por depositante, para dar cobertura nas hipóteses de liquidação ou reconhecimento pelo Banco Central do estado de insolvência;
3. O aprimoramento do escopo legal de atuação do Banco Central na área de supervisão – ampliando o seu poder de intervenção (Lei nº 9447/97) –, permitindo àquele órgão a utilização de instrumentos para ações preventivas;
4. A criação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES);
5. A criação do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF);
6. A abertura para a participação estrangeira no processo de privatização dos bancos públicos e saneamento dos bancos privados;
7. A criação da Central de Risco de Crédito (CERIS), sistema informatizado onde são registradas todas as operações de crédito, a partir de R\$ 50.000,00, por cliente,

permitindo ao sistema bancário uma melhor análise de sua política de crédito e ao Banco Central uma atuação mais tempestiva na identificação de risco de perdas em operações de crédito;

8. A elevação do nível de capital mínimo requerido para as instituições com base nos ativos ponderados pelo risco, superior ao estabelecido pelo Comitê da Basileia;
9. A exigência do estabelecimento e manutenção, pelo sistema financeiro, de controles internos eficientes e adequados;
10. A introdução de aperfeiçoamentos relevantes nos procedimentos de fiscalização e supervisão, com a adoção da Inspeção Global Consolidada (IGC), cujo objetivo é o de obter total conhecimento do conglomerado econômico e financeiro, com uma avaliação global de todas as áreas e aspectos que possam representar qualquer tipo de risco, permitindo, assim, a atuação eficaz e preventiva do Banco Central.

1.2. O Problema da Pesquisa

Esta pesquisa teve como foco os efeitos do Acordo da Basileia no balanço dos bancos situados no Brasil. Desta forma, buscaram-se evidências que respondesse ao seguinte questionamento: *Quais os impactos decorrentes da implementação do Acordo da Basileia, nos ativos e no patrimônio líquido dos principais bancos situados no Brasil?*

A tendência era que as medidas relacionadas ao Acordo da Basileia adotadas no Brasil, por meio da Resolução 2099/94, implicassem em ajustes no sistema financeiro ao novo processo de regulamentação. Sob o ponto de vista do impacto nas demonstrações contábeis, notadamente no que se refere à estrutura do balanço patrimonial, a literatura brasileira nesta área é carente de estudos empíricos que apontem as consequências de tais medidas implementadas pelos órgãos reguladores.

1.3. Hipóteses

O problema objeto desta pesquisa resultou na formulação das seguintes hipóteses, que foram devidamente testadas no desenvolvimento do trabalho, mediante a coleta e análise dos dados constantes nos balanços dos bancos:

H_0 = Em média, o volume de operações de crédito, de ativos de baixo risco e de patrimônio líquido (PL) manteve-se nos mesmos níveis após a implementação do Acordo da Basileia, não implicando em mudanças na estrutura patrimonial dos bancos;

H_1 = Em média, ocorreram mudanças na estrutura patrimonial dos bancos, em função das modificações nos níveis de operações de crédito, nos ativos de baixo risco e no patrimônio líquido, após a entrada em vigor do Acordo da Basileia.

1.4. Objetivos da Pesquisa

Buscou-se, como objetivo geral avaliar os efeitos, no período de 1994 a 2001, do Acordo da Basileia no ativo e no patrimônio líquido dos bancos situados no Brasil.

Como objetivos específicos:

- Avaliar o efeito do acordo sobre as variáveis ligadas ao *portfólio* de ativos e sobre o patrimônio líquido dos bancos;
- Permitir comparações do índice da Basileia entre as categorias de bancos: setor público e privado;

- Verificar se houve redução do nível de crédito nos bancos analisados a partir da implementação do acordo.

1.5. Justificativa

Justifica-se a pesquisa pela carência de estudos científicos que apresentem respostas empíricas sobre os efeitos no Acordo da Basiléia sobre o balanço dos principais bancos situados no Brasil.

2. MÉTODO DA PESQUISA

2.1. Tipologia do Estudo

O presente trabalho utilizou a abordagem empírico-analítica, em razão de ter sido necessário uma coleta dos dados referentes aos ativos e patrimônio líquido dos bancos, de forma a possibilitar a análise dos respectivos efeitos no balanço das instituições financeiras.

2.2. Caracterização das Variáveis

Considerou-se, neste estudo:

- Variável Dependente: Basiléia, definida pelo Índice da Basiléia, considerando duas casas decimais, disponibilizadas nos balanços dos bancos analisados;
- Variáveis Independentes: foram divididas em duas categorias: Principais e Auxiliares.

Quadro 01 – Descrição das Variáveis Independentes - Principais

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
<i>risco0</i>	1-Ativos com risco zero = $((comp121 + livre131 + rfixa132 + bcb134 + crvin142) / \text{totativo}) * 100$
<i>risbaixo</i>	2-Ativos com percentual de risco de 20% = $(dme115 / \text{totativo}) * 100$
<i>rismedio</i>	3-Ativos com percentual de risco de 50% = $((inter122 + moeda126 + repasse143 + imob164) / \text{totativo}) * 100$
<i>risalto</i>	4-Ativos com percentual de risco de 100% = $((derivat133 + ações135 + emptd161 + finan162 + rural163 + tvml165 + infra166 + vinc167 + cess168 + prov169 + camb182 + espec185 + opesp186 + diver188 + valb198 + per200) / \text{totativo}) * 100$
<i>partpl</i>	5-Participação do patrimônio líquido sobre o total do ativo = $(pl600 / \text{totativo}) * 100$

Fonte: elaboração própria

Quadros 2 – Descrição das variáveis independentes - Auxiliares

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
banco	1-Nome do Banco
codbco	2-Código do Banco
perbas	3-Período Acordo da Basiléia
ano	4-Ano do Balanço
setor	5-Sector de Atividade
Origem	6-Origem do Capital
Dólar	7-Cotação dólar final dez
dme115p	8-Disponibilidades em moedas estrangeiras = $((dme115)/\text{totativo}) * 100$
comp121p	9-Operações Compromissadas = $((comp121)/\text{totativo}) * 100$
inte122p	10-Depósitos Interfinanceiros = $((inter122)/\text{totativo}) * 100$
moed126p	11-Aplicação em Moeda Estrangeira = $((moeda126)/\text{totativo}) * 100$
livr131p	12-Aplicações em Títulos de Renda Fixa-Livres = $((livre131)/\text{totativo}) * 100$
rfix132p	13-Aplicações em TRF-Vinc. a Operações Compromissadas = $((rfixa132)/\text{totativo}) * 100$
deri133p	14-Derivativos = $((deriv133)/\text{totativo}) * 100$
bcb134p	15-Títulos Públicos Federais depositados no BACEN = $((bcb134)/\text{totativo}) * 100$

açõe135p	16-Aquisição de Ações = ((açõe135)/total)*100
crvi142p	17-Créditos vinculados BACEN = ((crvin142)/total)*100
repal43p	18-Repasses interfinanceiros = ((repas143)/total)*100
emtd161p	19-Empréstimos e Títulos Descontados = ((emtpd161)/total)*100
final62p	20-Financiamentos = ((finan162)/total)*100
rural63p	21-Financiamento Rural e Agroindustrial = ((rural163)/total)*100
imo164p	22-Imobiliários = ((imob164)/total)*100
tvm165p	23-Financiamento Títulos e Valores Mobiliários = ((tvm165)/total)*100
infr166p	24-Financiamento Infra-Estrutura = ((infr166)/total)*100
vinc167p	25-Créditos Vinculados = ((vinc167)/total)*100
cess168p	26-Cessão de Crédito = ((cess168)/total)*100
prov169p	27-Provisão Crédito Liquidação Duvidosa = ((prov169)/total)*100
camb182p	28-Carteira de Câmbio = ((camb182)/total)*100
espe185p	29-Crédito Específico = ((espec185)/total)*100
opes186p	30-Operações Especiais = ((opes186)/total)*100
dive188p	31-Diversos = ((dive188)/total)*100
valb198p	32-Outros Valores e Bens = ((valb198)/total)*100
per200p	33-Permanente = ((perm200)/total)*100
partcap	34-Participação do Capital sobre o Total do Ativo = ((cap611)/total)*100
partres	35-Participação das Reservas sobre o Total do ativo = ((reserv)/total)*100
total	36-Total do Ativo

Fonte: elaboração própria

2.3. População e Plano Amostral

A população constituiu-se do conjunto de balanços gerados no período de dezembro de 1988 a dezembro de 2001, da qual se extraiu uma amostra de 140 observações. Os bancos selecionados foram: Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Unibanco, Safra, Santander, Suisse, Boston e Citibank. Estas instituições financeiras estavam, em 31 de dezembro de 2001, classificadas entre os 50 maiores bancos por ativos totais (-) intermediação, sendo responsáveis por 53,5% do total do patrimônio líquido destes bancos.

2.4. Coleta e Tratamento dos Dados

Os dados estão disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, em seu [site www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Depois de coletados, foram armazenados em uma planilha do *SPSS for Windows*, versão 11.0. Na posição dos balanços, cada saldo correspondente a uma variável foi convertido em dólar americano da época, buscando-se, com este procedimento, a utilização de uma moeda forte para os valores extraídos dos demonstrativos contábeis.

Além da apresentação dos resultados através de distribuições de frequências, medidas resumo e gráficos (estatística descritiva), foi realizado o *Teste de Mann-Whitney* na verificação dos efeitos do Acordo da Basileia sobre os ativos de risco e sobre o patrimônio líquido, devido ao caráter não gaussiano (não normalidade) das variáveis do estudo.

Quanto às análises inferenciais, em cada uma delas foi calculado o *P-Value* associado à Hipótese de Nulidade (H_0) adotada em cada teste. Nesta pesquisa, toda diferença, correlação ou associação cujo *P-Value* foi inferior a 0,05 foi considerada estatisticamente significativa.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Considerações Iniciais

Neste tópico são apresentados e analisados os resultados obtidos da pesquisa empírica realizada através da coleta de dados sobre os ativos, patrimônio líquido e índice da Basileia dos principais bancos situados no Brasil. Foram feitos testes estatísticos objetivando identificar as associações e explicações entre os resultados e o impacto na estrutura dos ativos e no patrimônio líquido após a implementação do Acordo da Basileia.

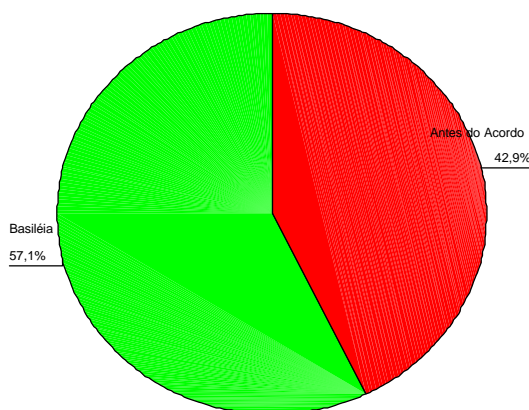
Como já mencionado, 140 observações foram coletadas, cada uma correspondente aos dados dos ativos e do patrimônio líquido anuais dos dez bancos selecionados, sendo 60 observações (42,9%) relativas ao período anterior ao Acordo da Basileia e 80 observações (57,1%) correspondentes ao período seguinte à implementação do Acordo.

Tabela 01: Distribuição e Medidas Resumo para as Observações

Período Acordo Basileia					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Antes do Acordo	60	42,9	42,9	42,9
	Basileia	80	57,1	57,1	100,0
	Total	140	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria

Figura 01: Percentual de Observações Antes e Após o Acordo da Basileia



Fonte: elaboração própria

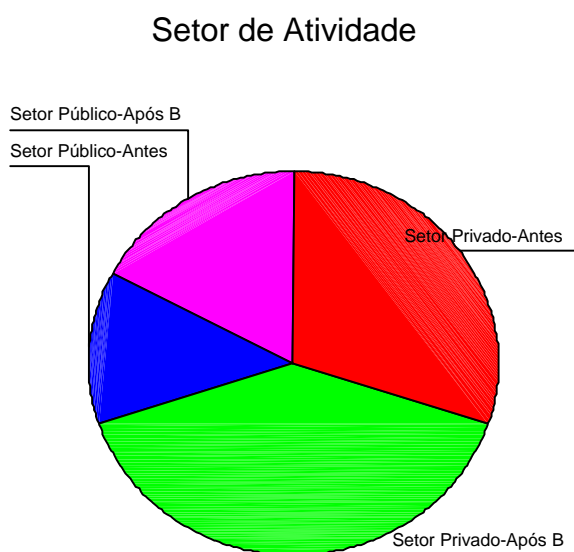
Das 140 observações da amostra, 98 correspondem aos balanços dos bancos privados e 42 dos bancos públicos. Do total das observações, 30% referem-se aos bancos privados, antes do acordo; 40% aos bancos privados, após o acordo; 12,9% aos bancos públicos, antes do acordo; e, 17,1% aos bancos públicos, após o acordo.

Tabela 02: Percentual de Bancos Privados e Públicos Antes e Após o Acordo

Setor de Atividade		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Setor Privado-Antes Acordo	42	30,0	30,0	30,0
	Setor Privado-Após Basiléia	56	40,0	40,0	70,0
	Setor Público-Antes Basiléia	18	12,9	12,9	82,9
	Setor Público-Após Basiléia	24	17,1	17,1	100,0
	Total	140	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria

Figura 02: Participação dos Bancos por Setor de Atividade



Fonte: elaboração própria

Os bancos classificados por setor de atividades foram divididos em Públicos: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Santander; e Privados: Bradesco, Itaú, Unibanco, Safra, Suisse, Boston e Citibank.

3.2. Os Ativos Ponderados pelo Risco, o Patrimônio Líquido e o Índice da Basiléia – 1988 a 2001

As informações obtidas sobre as diversas categorias de ativos de risco, considerando o período de 1988 a 2001, demonstram que do total do ativo, em média 52,3% correspondem aos ativos de alto risco, ou seja, às operações de créditos ou operações com características semelhantes. Das demais categorias, destacam-se as operações com risco zero e 50%, com os percentuais médios de 35,3% e 8,8%, respectivamente. Relativamente ao patrimônio

líquido, verificou-se uma baixa participação em relação ao ativo total, situando-se na média de 10,5% ao longo do período.

Quanto ao índice da Basiléia, os resultados apontaram para uma média dos bancos pesquisados em torno de 13%, superior em dois pontos percentuais ao limite mínimo de 11%, estabelecido pelas normas em vigor aplicáveis ao sistema financeiro brasileiro. Analisando sob o aspecto da solvabilidade, o indicador evidencia uma forte solidez do sistema. Caso se considere o índice da Basiléia médio de 19,21% e 20,77% (2001 e 2002, respectivamente) dos 50 maiores bancos situados no Brasil, a solidez dos bancos fica ainda mais evidenciada.

Tabela 3: Estatísticas Amostrais, período de 1988-2001, considerando 140 observações.

CATEGORIAS DE RISCO/OUTROS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
RISCO ZERO	35,34%	21,24%	3,19%	204,47%
RISCO 20%	1,91%	2,76%	0	17,69%
RISCO 50%	8,76%	7,08%	0,06%	33,90%
RISCO 100%	52,47%	28,53%	7,73%	307,19%
PL / ATIVO	10,46%	4,79%	3,85%	37,80%
ÍNDICE BASILÉIA	13,15%	5,63%	2,85%	29,78%

Fonte: elaboração própria

3.3. O Teste Estatístico Aplicado na Medição dos Efeitos nos Balanços

No Brasil, a adesão ao Acordo da Basiléia se deu a partir da implementação das regras estabelecidas pela Resolução nº 2099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional.

Para verificar as possíveis consequências do acordo da Basiléia, socorreu-se ao Teste de Significância. Dependendo das características da amostra, diversas categorias de testes paramétricos ou não-paramétricos poderiam ser utilizadas para verificar as possíveis consequências do Acordo da Basiléia.

Na pesquisa objeto deste trabalho, aplicou-se a prova (ou teste) de *Mann-Whitney* para testar as hipóteses formuladas a partir da questão: ***Quais os impactos decorrentes da implementação do Acordo da Basiléia, nos ativos e no patrimônio líquido dos principais bancos situados no Brasil?***

Aplicou-se o teste de *Mann-Whitney* para avaliar se os níveis de risco dos dois grupos – *antes e depois do Acordo* – mantiveram-se nas mesmas médias. As categorias de risco analisadas foram as mesmas estabelecidas no Acordo: risco zero, baixo, médio e alto. Se a afirmação (H_1) fosse verdadeira, o segundo grupo (*depois do Acordo*) deveria acusar um total maior (ou menor) de postos, e o primeiro grupo (*antes do Acordo*) apresentaria um total menor (ou maior), indicando média mais alta (ou mais baixa) para o segundo grupo.

Para o critério de decisão adotado nesta pesquisa, escolheu-se o nível de significância de 5%. Desta forma, nos caso em que a prova estatística acusa um valor na região de rejeição, rejeita-se a hipótese nula.

3.4 Os Impactos nos Balanços por Setor de Atividade

Na análise do comportamento dos riscos, do patrimônio líquido e do índice da Basiléia antes e após o acordo, considerando o setor de atividade, verificaram-se os seguintes efeitos, evidenciados pelas modificações para menos ou para mais nas médias dos *rankings*:

3.4.1. Bancos Públicos, N = 18, Antes do acordo; N=24, Após o Acordo:

- A participação dos ativos com risco zero e baixo (20%) cresceu após o acordo;
- A participação dos ativos com risco médio (50%) manteve-se nos mesmos níveis após o acordo;
- A participação dos ativos com risco alto (100%) caiu após o acordo;
- A razão patrimônio líquido/Ativo manteve-se no mesmo nível após o acordo;
- O índice da Basileia, em média, teve acréscimo após a implementação do acordo.

Tabela 4: Riscos, PL e Basileia – Setor Público – Antes e Após o Acordo

Ranks				
	Setor de Atividade	N	Mean Rank	P Value
Risco zero	Setor Público-Antes do Acordo	18	15,39	,005
	Setor Público-Depois do Acordo	24	26,08	
	Total	42		
Risco baixo - 20%	Setor Público-Antes do Acordo	18	14,39	,001
	Setor Público-Depois do Acordo	24	26,83	
	Total	42		
Risco médio - 50%	Setor Público-Antes do Acordo	18	23,50	,360
	Setor Público-Depois do Acordo	24	20,00	
	Total	42		
Risco alto - 100%	Setor Público-Antes do Acordo	18	25,83	,047
	Setor Público-Depois do Acordo	24	18,25	
	Total	42		
PL/Ativo	Setor Público-Antes do Acordo	18	22,78	,559
	Setor Público-Depois do Acordo	24	20,54	
	Total	42		
Índice basileia	Setor Público-Antes do Acordo	18	12,33	,000
	Setor Público-Depois do Acordo	24	28,38	
	Total	42		

Fonte: elaboração própria

3.4.1.1 Explicação das Variações Verificadas Após o Acordo – Bancos Públicos

a) **Participação dos Ativos com Risco Zero - Aumento:** Aplicações em Títulos Públicos Federais-Intermediados-Livres; Títulos Públicos Federais Depositados no BACEN e Créditos Vinculados – BACEN.

Observação: O $p > 0,05$ indicou que as Aplicações em Operações Compromissadas e as Aplicações em Títulos de Renda Fixas-Vinculados a Operações Compromissadas mantiveram-se nos mesmos níveis antes e após o Acordo, o que implicou na aceitação da Hipótese de Nulidade.

b) Participação dos Ativos com Risco 50% – Redução: Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Repasses a Outras Instituições Financeiras.

Observações:

1) Houve aumento na rubrica Aplicações em Moeda Estrangeira, suficiente para neutralizar o efeito de queda verificado nas rubricas acima;

2) O $p > 0,05$ indicou que os Financiamentos Imobiliários (habitacionais) mantiveram-se nos mesmos níveis antes e após o Acordo, o que implicou na aceitação da Hipótese de Nulidade.

c) Participação dos Ativos com Risco 20% – Aumento: Disponibilidades em Moeda Estrangeira.

d) Participação dos Ativos com Risco 100% – Aumento: Financiamentos em Títulos e Valores Mobiliários; Créditos Específicos; Diversos e Outros Valores e Bens.

e) Participação dos Ativos com Risco 100% – Redução: Operações de Crédito Vinculadas e Provisões para Créditos em Liquidação Duvidosa.

Observação: O $p > 0,05$ indicou que os Derivativos, as Aquisições de Ações, os Empréstimos e Títulos Descontados, os Financiamentos, os Financiamentos Rurais e Agroindustriais, os financiamentos à Infra-Estrutura, as Cessões de Crédito, a Carteira de Câmbio, as Operações Especiais e o Permanente, mantiveram-se nos mesmos níveis antes e após o Acordo, o que implicou na aceitação da Hipótese de Nulidade.

f) Razão Patrimônio Líquido sobre Ativo: Somente na rubrica de Reservas que se verificou a tendência de queda após o acordo. A conta Capital apresentou uma elevação, evidenciada na prática pelas capitalizações do Banco do Brasil e Banco do Nordeste (Proef).

g) O índice da Basiléia, em média, teve acréscimo após a implementação do acordo: As alterações evidenciadas justificam a tendência de melhoria no índice da Basiléia, em função dos seguintes fatores: migração dos recursos das operações de crédito para as operações com risco baixo e médio (disponibilidades, Aplicações em Moeda Estrangeira e Aplicações em Títulos de Renda Fixa); securitização de operações e assunção de dívidas pela União das operações contratadas com recursos dos fundos constitucionais. Tais fatores contribuíram para compensar os elevados provisionamentos adotados nos bancos públicos federais.

3.4.1.2. INFERÊNCIAS

Nos bancos públicos, verificou-se a tendência da migração dos ativos com risco alto para os ativos com risco zero, 20% e 50%, concentrando-se no uso dos recursos em moeda estrangeira (em forma de disponibilidades e de aplicações financeiras) e nas aplicações em títulos do governo. Apresentam-se, abaixo, os fatores que implicaram na queda verificada na categoria de risco alto.

- I - Adequação da estrutura de ativos às novas regras do CMN (Resolução nº 2682), implicando em maiores níveis de provisionamentos e baixas de operações de crédito do ativo dos bancos;
- II - Securitização de operações de crédito rural;
- III - Cessão da carteira de ativos para União, mediante o recebimento de TPF;

IV - Assunção pela União do risco das operações contratadas até novembro/1998, ao amparo dos Fundos Constitucionais (FNE, FCO, FNO).

3.4.2. Bancos Privados, N= 42, Antes do acordo; N=56, Após o Acordo

- A participação dos ativos com risco zero e alto (100%) manteve-se nos mesmos níveis após o acordo;
- A participação dos ativos com risco baixo (20%) elevou-se após o acordo;
- A participação dos ativos com risco médio (50%) caiu após o acordo;
- A razão patrimônio líquido/Ativo manteve-se no mesmo nível após o acordo;
- O índice da Basileia, em média, teve acréscimo após a implementação do acordo

Tabela 5: Riscos, PL e Basileia – Setor Privado – Antes e Após o Acordo da Basileia

Ranks

	Setor de Atividade	N	Mean Rank	P Value
Risco zero	Setor Privado-Antes do Acordo	42	49,02	,886
	Setor Privado-Depois o Acordo	56	49,86	
	Total	98		
Risco baixo - 20%	Setor Privado-Antes do Acordo	42	31,14	,000
	Setor Privado-Depois o Acordo	56	63,27	
	Total	98		
Risco médio - 50%	Setor Privado-Antes do Acordo	42	60,57	,001
	Setor Privado-Depois o Acordo	56	41,20	
	Total	98		
Risco alto - 100%	Setor Privado-Antes do Acordo	42	48,60	,785
	Setor Privado-Depois o Acordo	56	50,18	
	Total	98		
PL/Ativo	Setor Privado-Antes do Acordo	42	52,12	,430
	Setor Privado-Depois o Acordo	56	47,54	
	Total	98		
Índice basileia	Setor Privado-Antes do Acordo	42	32,36	,000
	Setor Privado-Depois o Acordo	56	62,36	
	Total	98		

Fonte: elaboração própria

3.4.2.1 Explicação das Variações Verificadas Após o Acordo – Bancos Privados

a) Participação dos Ativos com Risco Zero - Aumento: Aplicações em Títulos Públicos Federais-Intermediados/Livres; Títulos Públicos Federais Depositados no BACEN.

Observação: O $p > 0,05$ indicou que as aplicações em operações compromissadas, as Aplicações em Títulos de Renda Fixas-Vinculados a Operações Compromissadas e os

Créditos Vinculados – BACEN mantiveram-se nos mesmos níveis antes e após o Acordo, o que implicou na aceitação da Hipótese de Nulidade.

b) Participação dos Ativos com Risco 50% – Redução: Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.

Observações:

1) Houve aumento na rubrica Aplicações em Moeda Estrangeira, insuficiente para reverter o efeito de queda na categoria de risco 50%;

2) O $p > 0,05$ indicou que os Repasses a Outras Instituições Financeiras e os Financiamentos Imobiliários (habitacionais) mantiveram-se nos mesmos níveis antes e após o Acordo, o que implicou na aceitação da Hipótese de Nulidade.

c) Participação dos Ativos com Risco 20% – Aumento: Disponibilidades em Moeda Estrangeira.

d) Participação dos Ativos com Risco 100% – Aumento: Cessões de Operações de Crédito; Créditos específicos; Diversos e Financiamentos.

e) Participação dos Ativos com Risco 100% – Redução: Financiamentos a Títulos e Valores Mobiliários; Operações de Crédito Vinculadas.

Observação: O $p > 0,05$ indicou que os Derivativos, as Aquisições de Ações, os Empréstimos e Títulos Descontados, os Financiamentos Rurais e Agroindustriais, os financiamentos à Infra-Estrutura, as Provisões para Créditos em Liquidação, a Carteira de Câmbio, os Outros Valores e Bens, as Operações Especiais e o Permanente mantiveram-se nos mesmos níveis antes e após o Acordo, o que implicou na aceitação da Hipótese de Nulidade.

f) Razão Patrimônio Líquido sobre Ativo: A rubrica de Reservas apresentou tendência de queda após o acordo. A conta Capital elevou-se em relação aos níveis observados antes do acordo, indicando aporte de recursos nos bancos privados.

g) O índice da Basiléia, em média, teve acréscimo após a implementação do acordo: As oscilações evidenciadas apontam para uma tendência de melhoria no índice do Acordo da Basiléia, via migração dos recursos das operações de crédito para as operações com risco baixo e médio (disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira). Algumas medidas adotadas pelo Governo brasileiro contribuíram para o fortalecimento dos bancos privados e com a elevação do índice da Basiléia. Dentre elas destacam-se:

- Estabelecimento de incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras;
- Instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), cuja participação só seria autorizada mediante a mudança do controle acionário do banco;
- Saneamento dos bancos de grande porte por meio da divisão da instituição original em duas, uma “saúdável” e outra não. A primeira, constituída por ativos de boa qualidade e por todos os depósitos recebidos pela instituição original, sendo assumida por outro controlador. Na segunda, os ativos remanescentes e os demais passivos permaneceriam constituindo o banco original, sob regime especial e em vias de liquidação;
- Nos casos dos bancos de pequeno porte, o PROER estabeleceu a transferência do controle acionário do banco com problemas para outra instituição, fornecendo os recursos necessários para o financiamento do passivo a descoberto e o suprimento de liquidez no caso de saques de depósitos de grande magnitude;

- Maior exigência de capital mínimo, na constituição de novas instituições financeiras e criação de incentivos para os processos de fusão, incorporação e transferência do controle acionário, o que compensou o efeito da queda da participação do patrimônio líquido em relação aos ativos.

3.4.2.2. INFERÊNCIAS

Nos bancos do Setor Privado, verificou-se a migração dos ativos com risco médio para os ativos com risco 20%, concentrando-se, novamente, no uso dos recursos em moeda estrangeira, tanto em forma de disponibilidades quanto em forma de aplicações financeiras.

Constatou-se, na análise por setor de atividade, que as operações com características de concessão de crédito (Empréstimos e Títulos Descontados, Financiamentos Rurais e Agroindustriais e Carteira de Câmbio) mantiveram-se nos mesmos níveis após a implementação do acordo.

Os acréscimos em Financiamentos foram insuficientes para modificar este comportamento. As cessões de crédito e os créditos específicos aumentaram após o acordo, contribuindo para a adequação ao índice da Basileia.

4. CONCLUSÕES

Considerando o período total, de 1988-2001, os resultados obtidos com base na análise descritiva indicam que:

1. 35,3% dos ativos têm ponderação zero, apontando para um elevado volume de recursos aplicados em itens de alta liquidez (Aplicações em títulos do governo - TPF);
2. A razão PL/Ativo total situou-se na média de 10,5%;
3. Índice da Basileia de 13%, superior em dois pontos percentuais ao limite mínimo de 11% (BACEN);
4. Elevada capacidade de solvabilidade dos bancos objeto da amostra.

A análise dos resultados obtidos pela aplicação do Teste de Significância *U* de *Mann-Whitney* – no qual buscaram-se evidências dos efeitos nos bancos após a implementação do Acordo da Basileia –, proporcionou que se chegasse às seguintes conclusões:

SETOR PÚBLICO

5. Rejeição da hipótese nula: migração dos ativos com risco alto (100%) para os ativos com risco zero, baixo e médio, concentrando-se no uso dos recursos em moeda estrangeira e aplicações em títulos do governo;
6. Fatores que implicaram na queda do risco 100%: maiores níveis de provisionamento (Resolução 2682); cessão da carteira de ativos para o tesouro, mediante o recebimento de títulos públicos federais; assunção pela União do risco de operações contratadas ao amparo dos Fundos Constitucionais (FNE, FCO e FNO) e baixa expansão da oferta de crédito nos bancos federais;
7. Na razão PL/Ativo, as alterações ocorreram no processo de capitalização dos Bancos Públicos, em função do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Públicas Federais;
8. O Índice da Basileia, em média, teve acréscimo, mesmo considerando a elevação nos níveis de provisionamento após o acordo;

SETOR PRIVADO

9. Rejeição da hipótese nula: migração dos ativos com risco médio para os ativos com risco baixo (disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações em moeda estrangeira);
10. A hipótese nula foi aceita em relação ao comportamento dos ativos com risco alto, os quais se mantiveram nos mesmos níveis após o acordo. A exceção foi a rubrica Financiamentos, que apresentou tendência de elevação, compensada com as cessões de crédito verificadas no período. Mesmo assim, não se verifica tendência de expansão consistente das operações de crédito neste setor;
11. O índice da Basiléia teve acréscimo em função dos seguintes fatores: implementação do Proer; saneamento dos bancos de grande porte, que passaram a manter carteiras com maior liquidez; transferência do controle acionário e financiamento do passivo a descoberto, no caso dos bancos de pequeno porte; maior exigência de capital mínimo, na constituição de novas instituições financeiras.

5. REFERÊNCIAS

ANDREZO, Andrea Fernandes. **Contribuição à Melhoria do Nível de Transparência dos Bancos no Brasil**, Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BAEZ IBARRA, J.R.R. **A Supervisão Bancária de Derivativos no Brasil**. Tese apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BENSTON, George J. **The Purpose of Capital for Institutions with Government** - Insured Deposits, in: *Global Risk Based Capital Regulations - Capital Adequacy*, Edited by Charles A. Stone and Anne Zissu, Irwin, Illinois, 1994.

CATES, David C.; MORGAN, Bruce W. **The Trouble with Risk-Based Capital**, in: *Global Risk Based Capital Regulations - Management and Finding Strategies*, Edited by Charles A. Stone and Anne Zissu, Irwin, Illinois, 1994.

COMPTON, Eric N. **Princípios das Atividades Bancárias**. Obra traduzida pelo Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB), 3ª Edição, São Paulo, 1990.

DREYFUSS, Peat Marwick. **Adequação de Capital Sensível ao Risco**, Atualidades na Área Financeira, KPMG, Junho, 1989.

EHLEN JR., James G. **A Review of Capital and Its Adequacy**, Dynamics of Banking.

ELLERT, James C. **Bank Financial Management**, Obra traduzida pelo Instituto Brasileiro de Ciência Bancária (IBCB), São Paulo, 1990.

GARCIA, Valéria Salomão. **Gestão de Risco de Crédito e Regulamentação**. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

HALL, Maximilian J. B. **The Measurement and Assessment of Capital Adequacy for Banks: A Critique of the G-10 Agreement.** in: Global Risk Based Capital Regulations - Capital Adequacy, Edited by Charles A. Stone and Anne Zissu, Irwin, Illinois, 1994.

KAPSTEIN, Ethan B. **Supervising International Banks:** Origins and Implications of The Basle Accord, in: Global Risk Based Capital Regulations - Capital Adequacy, Edited by Charles A. Stone and Anne Zissu, Irwin, Illinois, 1994.

KEETON, William R. **Risk Based Capital Requirements for Commercial Banks,** in: Global Risk Based Capital Regulations - Capital Adequacy, Edited by Charles A. Stone and Anne Zissu, Irwin, Illinois, 1994.

MAISEL, Sherman J. **Risk and Capital Adequacy in Commercial Banks.** National Bureau of Economic Research, Chicago, 1981.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias.** Editora Atlas, 1ª Edição, São Paulo, 1992.

REED, Edward W.; GILL Edward K. **Bancos Comerciais e Múltiplos.** Traduzido por Maria Claudia S. Ribeiro, Makson Books, São Paulo, 1994.

RODRIGUES, Raimundo Nonato. **O Acordo da Basiléia. Um Estudo da Adequação de Capital nas Instituições Financeiras Brasileiras.** Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de Instituições Financeiras,** Editora Atlas, tradução da 2ª Edição americana, São Paulo, 2000.

SWARY, Itzhak; TOPF, Barry. **Global Financial Deregulation - Commercial Banking at the Crossroads,** Blackwell Finance, 1ª Edição, Cambridge, Massachusetts, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROSTER, Roberto Luis. **Regulamentação Prudencial no Brasil,** Tese apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

WALMSLEY, Julian. Understanding the International Capital Adequacy Proposals, **the Bankers Magazine,** Setembro-Outubro/1987.